

Sítios da habitação

António Baptista Coelho (texto e imagem)

Resumo

No artigo defende-se o desenvolvimento de habitações feitas/compostas muito mais por sítios específicos do que por funções domésticas rígidas e criticamente autonomizadas; sequencialmente a esta abordagem geral apresentam-se algumas temáticas associadas a esta perspectiva, com destaque para as matérias da relação entre agradabilidade espacial e conforto ambiental, da importância crucial da aplicação de aspectos essenciais de adaptabilidade, da consideração dos aspectos essenciais de funcionalidade num sentido verdadeiramente amplo e integrado/integrador, e da vital questão da possível e maximizada capacidade doméstica em termos de liberdade de apropriação e de contributo activo para o valor/identidade da habitação.

Sobre uma habitação mais feita de sítios específicos do que de funções domésticas

Lembrando, entre outros autores Arquitectos, o grande Christopher Alexander e a sua incontornável “linguagem de padrões”, que tanto influenciou tanta gente e tão poucas vezes citada ou referenciada, podemos referir que uma habitação, um mundo doméstico que, para o ser, tem de integrar, potencialmente, os vários mundos domésticos específicos dos respectivos habitantes, mais o respectivo agregado comum e convivial, muito mais do que um “simples”

complexo funcional – e ainda assim o número de funções é extenso – deveria ser constituído e constituível por uma potencial e muito extensa diversidade de “cantos”, “recantos” e “sítios” adequados a uma enorme variedade de misturas funcionais e apropriações pessoais e de grupo específicas.

As limitações a uma tal liberdade doméstica são, naturalmente, de várias ordens, destacando-se alguns aspectos de agradabilidade e de conforto ambiental, de adaptabilidade e de funcionalidade com sentido lato, que, em seguida, muito brevemente se apontam.



Fig. 01

Agradabilidade espacial e conforto ambiental

As limitações à liberdade de apropriação e à “personalização” nas áreas da agradabilidade espacial global e do conforto ambiental são de grande importância e referem-se ao “direito” à espaciosidade, pelo menos, mínima, referida a condições de desafogo espacial que possam contar grande

diversidade de potenciais ocupações por mobiliário, à acessibilidade/circulação adequada, à luz natural, à boa insolação, à boa ventilação e ao adequado conforto higrotérmico e acústico que todos os habitantes devem ter.

Naturalmente que ao avançarmos na referida perspectiva de “apropriação e personalização”, não se conseguirá garantir tudo isso, pois a liberdade de apropriação poderá condicionar alguns desses aspectos; no entanto muitos deles poderão ser facilitados e favorecidos através de cuidados prévios projectuais adequados – por exemplo: boa espaciosidade básica (também a nível de pé-direito), boa orientação e insolação, adequada e extensa fenestração e edifícios pouco profundos e/ou com soluções de iluminação/ventilação no miolo do edificado, ventilação cruzada garantida, adequado isolamento térmico e acústico, etc.

Aspectos essenciais de adaptabilidade

As limitações à liberdade de apropriação e à “personalização” nas área da ausência de aspectos essenciais de adaptabilidade referem-se, essencialmente e em termos de organização da habitação, à existência de rígidas hierarquias espaciais, designadamente, através de uma sequência de zonas domésticas praticamente unifuncionais; no que se refere à pormenorização da habitação a respectiva inadaptabilidade e dificuldade de apropriação crescem com a redução do número de paredes livres – de vãos, de interruptores e tomadas, de instalações fixas e de encosto de portas. E naturalmente que condições de espaciosidade mínimas ou próximas de mínimas, designadamente, em termos de dimensões de largura de compartimentos e circulações, influenciam muito negativamente o respectivo potencial de adaptabilidade desses espaços.

Num sentido contrário e portanto para dispormos de habitações bem adaptáveis e apropriáveis teremos espaços domésticos com larguras versáteis em termos da respectiva ocupação, organizações domésticas funcionalmente neutras em termos de organização geral e dimensionamento dos respectivos compartimentos, associadas a circulações alternativas possíveis, directamente, entre compartimentos e preparação de fusões e subdivisões de compartimentos e naturalmente que a localização das instalações também

apoiará ou dificultará essa capacidade adaptativa; em termos de pormenorização quanto mais metros lineares de paredes totalmente livres tivermos mais adaptável e apropriável será a respectiva habitação.

Aspectos essenciais de funcionalidade num sentido amplo

Passando, agora, às limitações à liberdade de apropriação e à “personalização” associáveis a aspectos essenciais de funcionalidade, privacidade/convivialidade e capacidade de arrumação, podemos sintetizar referindo que uma funcionalidade bem prevista e/ou, de certa forma, “bem concentrada” onde ela possa facilitar e agilizar, eficazmente, as actividades domésticas mais trabalhosas em termos de esforço/duração e/ou com maior potencial de má influência sobre a vida doméstica, é condição extremamente benéfica na “libertação” dos restantes espaços da habitação para expressivas e sequenciais intervenções de adaptação e apropriação; e estas condições jogam-se em previsões espaço-funcionais específicas com influência tanto nas configurações espaciais e de integração de equipamentos e instalações, como numa adequada pormenorização, que, por exemplo, facilite expressivamente a limpeza e outras actividades domésticas mais trabalhosas e obrigatórias (ex., fazer camas, lavar e arrumar louça, lavar, tratar e arrumar roupa).

Matéria importante nesta última temática é, também, a consideração de aspectos essenciais de apoio à privacidade e à convivialidade domésticas; neste sentido os aspetos de privacidade são mais associáveis à entrada na habitação, aos espaços de descanso/dormir e ao uso de casas de banho, jogando-se, talvez, de forma mais efectiva no sentido de uma espacialidade relativamente desafogada e a uma adequada previsão de vistas interiores, e podendo variar significativamente com os usos e modos de vida específicos e havendo que considerar que a disponibilização de casas de banho privativas deverá ser bem considerada e harmonizada com o potencial adaptativo do respectivo compartimento a que ela está associada; no que se refere ao potencial adaptativo no sentido convivial ele poderá cumprir-se, por exemplo, através da previsão de fusões temporárias entre compartimentos, bastando

para tal que exista já uma ligação potencialmente ampla entre eles (ex., grande porta de correr).

E então a liberdade de apropriação?

Poderíamos comentar que, depois de tantas considerações e de tantos cuidados específicos pouco ficará como campo de liberdade para o(s) morador(es) adaptarem, apropriarem e personalizarem os seus compartimentos e as suas habitações, mas julga-se que não.

E poderemos até imaginar um espaço de habitação que cumpra praticamente tudo aquilo que acabou de ser referido e que, apesar disso, ou em boa parte por causa disso seja “campo” muito adequado para se tornar um “complexo” único de “espaços/cantos/microespaços” únicos, agradavelmente acolhedores e versáteis nos seus usos.

E podemos e devemos ainda considerar que também é possível projectar pormenorizadamente uma habitação no sentido em que ela possa ser extremamente versátil na sua ocupação posterior, entrando-se, aqui, naturalmente na matéria da qualidade arquitectónica, seja no sentido em que esta deixa margem para depois o habitante intervir não tendendo a afectar os aspectos de qualidade críticos, acima apontados, seja no sentido em que a concepção vai logo ao encontro desse potencial de diversidade de ocupação; e, por vezes, isto é até atingido dentro de quadros dimensionais mínimos (habitação de interesse social); sendo que, como é sabido, outras vezes esta qualidade não é atingida mesmo quando não há tais limitações dimensionais.

De certa forma é este um dos lugares de eleição do Arquitecto, pensar em lugar de muitos dos habitantes que irão viver no espaço que está a projectar e procurar servi-los a todos o melhor possível, propiciando espaços, microespaços e conjugações de espaços expressivamente versáteis e apropriáveis; e não tenhamos dúvida de que o conselho/apoio de um Arquitecto poderá ajudar os habitantes a ocuparem e viverem melhor os seus espaços de vida, pois afinal trata-se da especialização do Arquitecto, podendo constituir mais um importante campo da sua intervenção, aconselhando, por exemplo, na

mudança de habitação e na respectiva (re)configuração e (re)ocupação pormenorizadas.

Sobre o valor/identidade da habitação

Tais eventuais limitações no que se refere a uma adequada apropriação habitacional e respectivos cuidados, acima apontados, têm importantes repercussões positivas seja na disponibilização de espaços domésticos que harmonizam apropriação, carácter próprio/único e adequadas condições de habitabilidade e de conjugação entre diversos espaços fortemente apropriáveis, seja no próprio valor imobiliário desses espaços, que não apresentarão, assim, quaisquer “problemas” de habitabilidade críticos ou indesejáveis para muitos outros potenciais habitantes; podendo, até, apresentar, frequentemente, aspectos específicos que marcam a identidade daqueles espaços e os tornam únicos e muito mais apetecíveis do que a situação “estafada” do “esquerdo-direito” e T0 a T4, com instalações sanitárias interiores (para poupar espaço de fachada) de que estão cheias as nossas cidades e vilas.

Para concluir e apenas como tema que fica um pouco e positivamente em suspenso, no sentido do seu posterior desenvolvimento, fica a ideia que este potencial de expressiva diversidade, versatilidade e caracterização de uma habitação, poderá/deverá ter continuidade: (i) seja nas suas “extensões” e/ou especificações de projecto no edifício multifamiliar – por exemplo, no aproveitamento em duplex de posições sob a cobertura, e no aproveitamento da relação com espaços exteriores privados (pequenos quintais/pátios, varandas fundas, etc.); (ii) seja na configuração expressivamente diversificada e caracterizada de “novos” edifícios multifamiliares, bem distintos das referidos estafadas tipologias “esquerdo-direito” e potencialmente bem marcados pela fusão entre vários tipos de usos (usos mistos); ricas e actuais matérias que ficam para outros desenvolvimentos.

Falta, naturalmente, salientar aqui que tudo o que aqui se apontou em termos de apropriação pelo morador e inovação tipológica nunca poderá contribuir

para a deterioração da imagem pública e vicinal dos respectivos edifícios, devendo, sim, contribuir para a sua valia patrimonial e urbana.

1.ª Edição: segunda-feira, 28 de maio de 2018

<https://infohabitar.blogspot.com/2018/05/sitios-da-habitacao-infohabitar-642.html>

Editor: António Baptista Coelho

abc@Inec.pt

abc.infohabitar@gmail.com

abc@Inec.pt

Editado nas instalações do Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais (NUT) do Departamento de Edifícios (DED) do LNEC; Infohabitar, Revista do GHabitatar (GH) Associação Portuguesa para a Promoção da Qualidade Habitacional – Associação com sede na Federação Nacional de Cooperativa de Habitação Económica (FENACHE).

Apoio à Edição: José Baptista Coelho - Lisboa, Encarnação - Olivais Norte.

Etiquetas/palavras chave: apropriação doméstica, casas adaptáveis, casas versáteis, Flexibilidade doméstica, funções da habitação, microespaços domésticos, microfunções domésticas, sítios domésticos

Nota: este artigo foi realizado no âmbito de um estudo mais amplo sobre a temática do "**Habitar e Viver Melhor**", uma designação que dá título a uma série editorial que tem vindo a ser editada, desde há já algum tempo, na revista/blog semanal Infohabitar